



Senado recebe anteprojetos para arbitragem e mediação



Marcos Oliveira/Agência Senado

Luis Felipe Salomão (7º à esq.) acompanha os demais juristas da comissão na entrega dos anteprojetos de lei a Renan Calheiros (C) e outros senadores

Comissão de juristas concluiu os textos que pretendem dar mais agilidade à Justiça

Após cinco meses de trabalho, ministro Luis Felipe Salomão, que coordenou grupo de especialistas, entregou ontem ao presidente do Senado, Renan Calheiros, sugestões para a Lei de Arbitragem e para um marco legal da mediação extrajudicial. Os textos propõem, por exemplo, arbitragem para questões trabalhistas e interesses dos consumidores. **2**

Segurança cibernética demanda mais recursos

Comissão especial vai debater propostas para segurança pública

8



Observado por Fernando Collor, o ministro Paulo Bernardo fala no Senado

Ministro quer reduzir imposto estadual sobre banda larga

O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, pediu aos senadores ajuda para reduzir o ICMS que

incide sobre os serviços de banda larga. Dessa forma, disse, a internet pode ter maior alcance no país. **7**

Inaugurada a Procuradoria da Mulher

O presidente do Senado, Renan Calheiros, inaugurou ontem a Procuradoria Especial da Mulher, que tem como missões defender os direitos femininos e incentivar a participação das mulheres na política. A procuradora é a senadora Vanessa Grazziotin. **2**

Vanessa, titular da Procuradoria da Mulher, discursa na inauguração do órgão



Marcos Oliveira/Agência Senado

PEC do Voto Aberto recebe emendas 3

Empregado poderá também decidir período de férias 4

Pacientes internados terão assistência odontológica 5

Orçamento impositivo será votado na terça-feira 6

O SENADO VOTOU. AGORA É LEI

Início do tratamento de câncer em até 60 dias | Lei 12.732/2012



Quem tem uma vida pela frente não pode perder tempo

O Congresso aprovou a lei que dá direito a pessoas diagnosticadas com câncer iniciarem o tratamento em até 60 dias.

É o Parlamento trabalhando por uma saúde pública de qualidade.

Saiba mais em: www.senado.leg.br/agoraelei



Criação e Marketing



Presidente da comissão de juristas, Luis Felipe Salomão entrega a senadores os anteprojeto, que começarão a tramitar

Juristas concluem textos de arbitragem e mediação

Anteprojeto que serão encaminhados à Comissão de Constituição e Justiça têm o objetivo de desafogar a Justiça e dar mais rapidez aos processos litigiosos de massa e de grandes valores

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, disse ontem que vai encaminhar à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) os anteprojeto da reforma da Lei de Arbitragem e do marco legal para a mediação extrajudicial. Ambos foram entregues pela comissão de juristas presidida pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Luis Felipe Salomão. Renan vai pedir ao presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), que relate as propostas e que elas sejam discutidas e votadas em conjunto.

O grupo, que trabalhou cinco meses nos anteprojeto, quer estimular a arbitragem e a mediação como alternativas para desafogar a Justiça e dar mais rapidez aos processos litigiosos. Para Renan, são um grande avanço as alterações sugeridas à Lei de Arbitragem, como a extensão do uso da

arbitragem para questões trabalhistas, contratos públicos e interesses dos consumidores, além do uso da mediação antes de iniciar o litígio.

— Os métodos alternativos ampliam o acesso à Justiça com rapidez, seriedade, informalidade e eficácia — disse.

Segundo Salomão, há 90 milhões de processos judiciais em tramitação e, a cada ano, entram mais 26 milhões.

— Equivale a um litígio para cada dois habitantes. Na Austrália, há um litígio para cada 16 mil habitantes — comparou.

Diferenças

O ministro explicou que na arbitragem as partes escolhem um juiz privado para tomar a decisão. Na mediação, um mediador, em vez de decidir, estimula as partes a entrarem em consenso. Segundo Salomão, a mediação tende a ser mais

utilizada para as demandas de massa, enquanto a arbitragem tende a se concentrar em questões de maior porte, por envolver valores maiores.

Salomão frisou que o anteprojeto sobre mediação se refere exclusivamente à mediação extrajudicial — feita antes de recorrer ao Judiciário. Também salientou que o fortalecimento da arbitragem pode funcionar como um atrativo para os investimentos estrangeiros no país. Ele citou como exemplos os contratos para exploração de petróleo e as obras da Copa do Mundo e da Olimpíada no Brasil.

O ministro disse que a intenção é criar a cultura da mediação. Uma das sugestões, segundo ele, é a de implantar o conhecimento de mediação nos concursos públicos e nas universidades como disciplina obrigatória.

Senado inaugura Procuradoria Especial da Mulher

A Procuradoria Especial da Mulher do Senado foi inaugurada ontem pelo presidente da Casa, Renan Calheiros.

Com a função principal de defender os direitos da mulher e aumentar a presença feminina na política, a procuradoria pretende trabalhar em duas frentes.

Junto à sociedade e à administração do Senado, vai colaborar com a implantação de políticas públicas federais de promoção da igualdade de gênero e receber, analisar e encaminhar aos órgãos competentes denúncias de violência e de discriminação.

A outra frente, voltada ao Congresso Nacional, visa incentivar o envolvimento das parlamentares no processo legislativo.

A procuradoria foi instituída por sugestão de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e encampada por Renan durante a campanha para a Presidência do Senado.



Vanessa (3ª à esq.), Renan e Jucá na inauguração da Procuradoria da Mulher

Vanessa destacou que o Senado sempre participou da luta pelos direitos das mulheres, mas faltava um órgão específico na estrutura da Casa.

— O Parlamento sempre esteve envolvido nessa luta, mas não tínhamos até hoje essa institucionalização. Não dispúnhamos até hoje de um órgão que pudesse também colaborar mais efetivamente com essa luta. Então, aprovamos o projeto de resolução neste ano — disse.

Renan destacou que o Senado aprovou neste ano uma

série de projetos importantes para a defesa dos direitos das mulheres e que brevemente votará a proposta que inclui no Código Penal o crime de feminicídio.

Para ele, a Procuradoria vai ajudar a avançar na pauta legislativa para promover a igualdade de gênero:

— É fundamental somarmos esforços na superação da desigualdade. As mulheres já consagram muitos avanços no Brasil, mas outros ainda, como todos sabem, precisam ser realizados.

Livro celebra os 25 anos da promulgação da Constituição

Será lançado hoje, às 11h, no Salão Nobre, o livro *A Constituição de 1988, 25 Anos — A construção da democracia e liberdade de expressão: o Brasil antes, durante e depois da Constituinte*.

Iniciativa das Organizações Globo e do Instituto

Palavra Aberta para marcar os 25 anos da Constituição, a obra coordenada pelo jornalista Marcos Emílio Gomes traz depoimentos de pessoas que participaram da elaboração da Carta, como Nelson Jobim, Delfim Netto, Bernardo Cabral e Fernando Henrique Cardoso.

Suplicy destaca que Carta de 1988 ampliou direitos sociais

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) afirmou anteontem que a Constituição ampliou os direitos sociais no país.

Ele comentou entrevista do jurista Dalmo Dallari sobre os 25 anos da Carta. Dallari diz que o texto contou com “efetiva participação do povo por meios institucionais”. Afirma que consagrou “os direitos humanos, tanto civis e políticos, quanto

econômicos, sociais e culturais”.

Suplicy destacou o voto facultativo para jovens de 16 e 17 anos, analfabetos e maiores de 70 anos, pagamento de horas extras, igualdade entre trabalhadores urbanos e rurais, férias remuneradas, licença-maternidade, direito de greve e direitos das populações indígenas. Para Dallari, “é uma Constituição humanista”, leu Suplicy.

ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Pauta trancada

14h A medida provisória (MP 624/2013) que destina verbas para municípios continua trancando a pauta.

PRESIDÊNCIA 25 anos da Constituição

11h Renan Calheiros participa de lançamento de publicação sobre os 25 anos da Constituição, no Salão Nobre; às 12h30, recebe Jorge Viana e Zeze Perrella, acompanhados de representantes do Clube dos 13 — União dos Grandes Clubes do Futebol Brasileiro; às 16h, ordem do dia.

CRA Apoio ao agrotóxico natural

8h30 A Comissão de Agricultura reúne-se para deliberar sobre projeto que altera a Lei 7.802/1989 para instituir a Política Nacional de Apoio ao Agrotóxico Natural.

CRE Barbados e Romênia

10h A Comissão de Relações Exteriores examina as indicações de Luiz Gilberto Seixas, para exercer o cargo de embaixador em Barbados, e de Eduardo Augusto Ibiapina de Seixas para a Romênia.

CONSTITUIÇÃO Livro comemorativo

11h Lançamento da publicação *A Constituição de 1988, 25 Anos — A construção da democracia e liberdade de expressão: o Brasil antes, durante e depois da Constituinte*, no Salão Nobre do Senado.

SEMINÁRIO Mineração

15h O Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa promove o seminário Novo Marco Regulatório da Mineração, com interatividade pelo e-Cidadania.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 8h30, reunião deliberativa da **Comissão de Agricultura e Reforma Agrária**; e, na sequência, reunião da **Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional**. E, às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: www.senado.leg.br/radio.

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Relações Exteriores**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Acabaram as sessões de discussão do primeiro turno em Plenário, mas proposta terá que voltar à Comissão de Constituição e Justiça porque passou por mudanças

Após emendas, voto aberto retorna a comissão

A DISPUTA PELA amplitude do voto aberto no Legislativo terá um capítulo extra na quarta-feira, na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), quando o relator, Sérgio Souza (PMDB-PR), vai apresentar o parecer sobre emendas que mantêm voto secreto para os casos de indicação de autoridades e de apreciação de vetos presidenciais.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 43/2013, que acaba com o voto secreto, passou ontem pela quinta e última sessão de discussão do primeiro turno de votação. Estaria, portanto, pronta para ser votada em Plenário. Mas, como recebeu emendas, terá que voltar à CCJ. Ontem Souza pediu ao presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB-PB), que a PEC seja colocada em pauta o mais rapidamente possível, para voltar logo ao Plenário.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, chegou a pedir que Souza apresentasse



Voto aberto apenas na cassação de mandatos é defendido por Aloysio Nunes Ferreira, observado pelo relator, Sérgio Souza

parecer sobre as emendas no Plenário mesmo. No entanto, acordo de líderes estabeleceu que as sugestões de mudança serão analisadas na comissão.

Romero Jucá (PMDB-RR), autor de uma das emendas de Plenário, disse que o ambiente da CCJ vai permitir o aprofundamento da discussão e colaborar para mais equilíbrio.

Mário Couto (PSDB-PA) apresentou questão de ordem para sempre declarar seu voto

sem risco de ferir o Regimento Interno do Senado. Renan prometeu responder em breve.

Eduardo Suplicy (PT-SP) voltou a defender o voto aberto amplo, mas disse confiar em acordo na CCJ. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), autor de outra emenda, pediu a Suplicy que interceda para que a Câmara delibere sobre a PEC 86/2007, de Alvaro Dias (PSDB-PR), que prevê voto aberto para cassação de

mandatos, mantendo o voto secreto em outras situações. Segundo Aloysio, o PT está obstruindo a votação “para proteger mensaleiros”.

Em resposta, Walter Pinheiro (PT-BA) lembrou que outras propostas, já aprovadas no Senado, também estão paradas na Câmara. Disse que a PEC 43 já foi debatida e votada na CCJ e acrescentou que “a forma eficaz de resolver as divergências é no voto”.

Para Wellington Dias (PT-PI), o voto aberto representa compromisso com o cidadão. José Pimentel (PT-CE) lembrou que até a decisão sobre a abertura de processo contra o presidente da República, conforme previsto na Constituição, é por voto aberto.

Na visão de Luiz Henrique (PMDB-SC), é um equívoco achar que a democracia será aprimorada com a eliminação do voto secreto no exame de vetos. Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) declarou que, no caso de vetos, o voto secreto é uma forma de evitar represálias ou pressões. Ele lembrou que em 2011 apresentou substitutivo prevendo voto secreto só nos casos de veto e escolha de procurador-geral da República e magistrados dos tribunais superiores. Lamentou que a proposta nunca tenha sido votada no Plenário. Valadares é autor da PEC 28/2013, que tramita em conjunto com a PEC 43.

Minirreforma eleitoral sofre novo adiamento na Câmara

O Plenário da Câmara encerrou a sessão de ontem sem votar o projeto da minirreforma eleitoral (PL 6.397/2013), do senador Romero Jucá (PMDB-RR). A matéria sofre obstrução do PT, PSB, PDT, PTB, PSOL e PCdoB.

O líder do PMDB, deputado Eduardo Cunha (RJ), defende a votação do projeto na

próxima semana, acreditando que nem todos os pontos do texto precisarão estar em vigor um ano antes das eleições de 2014 para já valerem.

Na próxima semana, entretanto, a pauta da Câmara estará travada pela Medida Provisória (MP) 621/2013, que cria o Programa Mais Médicos.

Diante da obstrução, Cunha prometeu responder na mesma moeda e obstruir a votação da MP do Mais Médicos.

A obstrução acrescenta mais um ingrediente de incerteza em relação à possibilidade de a matéria ser votada na Câmara, voltar ao Senado, onde se originou, para então, se aprovada, seguir à sanção

a tempo de valer para as eleições do ano que vem.

Cunha diz acreditar que as regras contidas no PL 6.397 não são alcançadas pelo princípio da anterioridade eleitoral, segundo a qual só são aplicadas às eleições as regras que entrarem em vigor com pelo menos um ano de antecedência do pleito.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, lamentou a obstrução da minirreforma e defendeu o barateamento das campanhas.

— Tudo que vier no sentido de complementar as mudanças de 2009 que acabaram com showmício e outdoor é muito importante. Temos que diminuir os custos.

Colegiado rejeita voto facultativo, mas projeto vai a Plenário



Para Ferraço, autor do texto, cidadão deve decidir se quer ou não votar

Embora rejeitada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/2012, de Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que institui o voto facultativo, será discutida pelo Plenário. A garantia foi dada pelo presidente da CCJ, Vital do Rêgo (PMDB) — segundo ele, em nome do debate.

O texto mantém a obrigatoriedade do alistamento eleitoral a partir dos 18 anos,

mas desobriga o eleitor de votar. Depois de mais de duas horas de debate, foi derrotado o relatório favorável à matéria, de autoria de Pedro Taques (PDT-MT).

Autor da proposta, Ricardo Ferraço disse que o voto obrigatório não funcionou como ferramenta para aperfeiçoar a democracia brasileira.

— O Estado não tem que ser tutor do cidadão, que deve ser respeitado na sua decisão sobre se deve ou não votar —

argumentou Ferraço.

Taques lembrou que o voto facultativo caracteriza-se mais como um direito subjetivo do cidadão do que um dever cívico e, para ser pleno, esse direito inclui a liberdade de abster-se de votar sem sofrer qualquer sanção do Estado.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que o cidadão tem todas as facilidades para cumprir o dever cívico do voto, podendo votar em

branco ou anular e até mesmo deixar de comparecer e depois justificar. Segundo ele, o fim do voto obrigatório pode trazer “resultados imprevisíveis”. O senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que a supressão do voto obrigatório contribuiria para a elitização da política brasileira.

Outros senadores também se posicionaram contra, alegando, por exemplo, possível aumento de custo para campanhas.

Ganha urgência texto sobre número de deputados

Na semana que vem, entrará na pauta do Plenário o projeto de decreto legislativo que susta a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de redefinir o número de deputados federais por estado (PDS 85/2013). O requerimento de urgência, do líder do PT, Wellington Dias (PI), foi aprovado ontem.

Atualmente, a divisão das 513

cadeiras da Câmara tem por base a população dos estados em 1998. O TSE se baseou no Censo de 2010 para retirar uma vaga de Alagoas, Espírito Santo, Pernambuco, Paraná, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e duas vagas de Paraíba e Piauí. A mesma decisão aumentou em uma vaga as bancadas de Amazonas e Santa Catarina,

em duas vagas as de Ceará e Minas Gerais e em quatro vagas a do Pará.

Eduardo Lopes (PRB-RJ), autor do projeto, argumenta que esse tipo de alteração só pode ser feita por lei. Por esse motivo, ele considera a decisão do TSE “invasão de competência” e “desobediência à Carta”.

O texto aprovado na Comissão

de Constituição e Justiça (CCJ) em 25 de setembro foi o substitutivo de Wellington Dias. Ele propõe que sejam usados os dados de 2012. Argumenta que esse tipo de alteração deve ser feito logo após uma eleição, para valer na eleição seguinte, e que a decisão do TSE, em abril, foi tomada “às vésperas da abertura do processo de 2014”.



Wellington Dias, que pediu que projeto ganhasse urgência

Projeto determina que funcionário seja consultado sobre data das férias

Lei atual diz que período das férias deve atender apenas aos interesses do patrão. Proposta precisa de segunda votação em comissão

O TRABALHADOR TERÁ que ser consultado sobre o período em que pretende tirar férias. Projeto de lei com esse objetivo foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Como a proposta foi aprovada na forma de um substitutivo de Paulo Paim (PT-RS) e tem decisão terminativa na comissão, terá que passar por um segundo turno de votação. Depois de aprovada em segundo turno, poderá ir para a Câmara dos Deputados.

A proposta (PLS 369/2011) é de Ana Rita (PT-ES) e, segundo ela, vai facilitar a marcação das férias para os trabalhadores regidos pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-lei 5.452/1943). Assim, a concessão de férias será precedida por uma consulta ao empregado e deverá atender tanto as necessidades do trabalho quanto os interesses



Paulo Paim apresentou substitutivo ao projeto de Ana Rita que obriga empregador e empregado a opinar sobre férias

do trabalhador. Pela legislação atual, o período concedido deve atender exclusivamente aos interesses do empregador.

Apenas na hipótese de não haver concordância caberá ao empregador fixar o período das férias, determina a proposta. A decisão deverá ser fundamentada e o trabalhador ser comunicado por escrito

com antecedência mínima de um mês.

A ex-senadora Serys Slhessarenko já havia apresentado projeto de lei com essa finalidade, que foi arquivado no final da legislatura. Ana Rita decidiu reapresentá-lo, por considerar que o gozo de férias anuais é importante para neutralizar os efeitos



Adiada votação sobre cargos no Ministério Público do Trabalho

A Comissão de Constituição e Justiça adiou a votação do PLC 53/2013, que cria 72 cargos e 36 funções no Ministério Público do Trabalho. Houve pedido de vista. A proposta é da Procuradoria-Geral da República e cria 12 cargos de subprocurador-geral do Trabalho, 36 cargos de analista e 24 de técnico, 24 cargos em comissão e 12 funções de confiança.

Ana Rita afirma que propostas prejudicam população indígena

Para Ana Rita (PT-ES), presidente da Comissão de Direitos Humanos, as Propostas de Emenda à Constituição 38/1999 e 215/2000, que transferem do Executivo para o Legislativo a competência para demarcação de terras indígenas, são um retrocesso e vão trazer prejuízos aos índios. Ontem ela levou apoio aos índios acampados em frente ao Congresso.

Casildo quer novas políticas devido ao envelhecimento da população



A projeção do IBGE de que o número de idosos vai quadruplicar até 2060 e que a expectativa de vida pode chegar a 82 anos nas próximas três décadas levou Casildo Maldaner (PMDB-SC) a defender, ontem, políticas públicas para essa parcela da população.

Para o senador, a mudança refletirá na aposentadoria por idade — hoje aos 65 anos para homens e aos 60 anos para mulheres —, que ele considerou desperdício de experiência e capacidade.

Ele citou a necessidade da maioria dos aposentados (69,2%) de voltar a trabalhar para complementar a renda e defendeu o PLS 188/2011, de autoria dele, que estabelece a devolução das contribuições dos aposentados, com reajuste mensal pelo IPCA.

Paulo Paim comemora os dez anos do Estatuto do Idoso

Paulo Paim (PT-RS) comemorou na terça-feira os dez anos do Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003). Ele disse que o momento é apropriado para a avaliação dos impactos positivos e das metas que precisam ser alcançadas. Para o senador, o mundo vive um momento sem precedentes, em que todos os países experimentam processo rápido de envelhecimento.

— Esse envelhecimento populacional representa uma grande conquista da humanidade. Se estamos vivendo mais, é, sobretudo, graças ao maior acesso aos progressos da ciência médica — disse.

Paim anunciou participação em vigília promovida pela Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas, em frente ao Congresso, quando mais de 600 aposentados criticaram o fator previdenciário e reivindicaram o crescimento da massa salarial ou o mesmo aumento real que é dado ao salário mínimo.

Davim elogia decisão do CNJ de afastar juiz e investigar adoção na Bahia



Paulo Davim (PV-RN) comemorou ontem em Plenário decisão tomada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de afastar das funções o juiz da Bahia Vitor Bizerra e abrir procedimento disciplinar para apurar se houve irregularidade em processo sobre adoção de crianças julgado pelo magistrado, na comarca de Monte Santo, interior do estado.

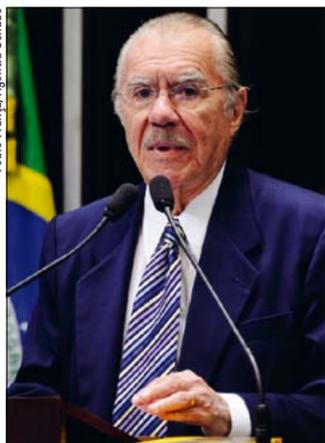
De acordo, com Davim, a “desastrada” decisão judicial possibilitou que cinco filhos de uma família pobre do município fossem separados dos pais e distribuídos pelo interior de São Paulo.

Davim lembrou que o problema foi tratado pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Tráfico Nacional e Internacional de Pessoas no Brasil.

Aprovada prorrogação de benefícios fiscais

A Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) aprovou ontem o PLS 49/2013, de José Sarney (PMDB-AP), que prorroga o prazo de concessão de benefícios fiscais para empresas em atuação nas áreas de abrangência da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

O projeto recebeu uma emenda de Lúcia Vânia (PSDB-GO), para estender o benefício a empresas na área da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco), pedido que foi aceito pelo relator Romero Jucá (PMDB-RR). A matéria será examinada pela Comissão de Assuntos



Sarney é autor da proposta que beneficia Nordeste e Amazônia

Econômicos (CAE) em decisão terminativa.

Pelo projeto, as empresas com empreendimentos aprovados até 31 de dezembro de 2023 terão direito à redução

de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ).

Ao ler o relatório elaborado por Jucá, Ruben Figueiró (PSDB-MS) observou que os benefícios oferecidos a empreendimentos em regiões menos desenvolvidas do Brasil são necessários para que as economias dos estados situados nessas áreas possam continuar a crescer acima da média nacional, revertendo as desigualdades entre as regiões.

— Retirar [esses benefícios fiscais] justamente quando as economias das áreas periféricas do Brasil começaram a crescer acima da média nacional equivaleria a interromper o processo de redução das desigualdades regionais no país — disse.

Consultoria promove seminário sobre Marco Legal da Mineração

Tramita na Câmara dos Deputados o projeto de lei que define um novo marco regulatório para a mineração. A proposta, de autoria do governo federal, contém inovações institucionais, mudanças regulatórias e o aumento dos royalties incidentes sobre os minérios. O teor do novo marco legal vai definir como se dará a atração de novos investimentos para garantir ou não o crescimento do setor de mineração no Brasil.

Se a proposta for aprovada, a alíquota da Compensação Financeira sobre Exploração de Recursos Minerais (Cfem), a título de royalties, passará dos atuais 2% para 4% e incidirá sobre a renda bruta

da venda, e não mais sobre o faturamento líquido.

Para debater o tema, o Núcleo de Estudos e Pesquisas da Consultoria Legislativa promove hoje o seminário Novo Marco Regulatório da Mineração, com o consultor Luiz Alberto da Cunha Bustamante. O evento ocorrerá às 15h, no Plenário 3 da Ala Alexandre Costa.

ACOMPANHE E PARTICIPE ÀS 15h

▶ Tempo real:
<http://bit.ly/ConlegMineracao>

▶ Portal e-Cidadania:
www.senado.leg.br/ecidadania

▶ Facebook: eCidadaniaSF

▶ Twitter: @e_cidadania

▶ TV: www.senado.leg.br/TV

▶ Alô Senado: 0800 612211

Lídice da Mata pede mais acesso da mulher à mamografia



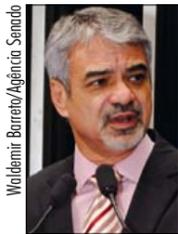
Waldemir Barreto/Agência Senado

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA), em pronunciamento na terça-feira, comemorou o lançamento da campanha

Outubro Rosa e saudou a participação do Congresso Nacional na conscientização das mulheres sobre a necessidade de prevenção do câncer de mama.

Ela convocou as mulheres a fazerem exames regulares e lamentou que a mamografia não esteja à disposição em "todos os cantos do país", cobrando ações dos governos que permitam que a população tenha acesso aos exames.

Humberto Costa comemora dez anos do Bolsa Família



Waldemir Barreto/Agência Senado

Em pronunciamento ontem, o senador Humberto Costa (PT-PE) destacou os resultados

positivos do Programa Bolsa Família nos dez anos de funcionamento. O parlamentar exaltou a vontade política do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva por confiar no povo como agente das próprias conquistas.

Entre os efeitos do programa, Humberto apontou o deslocamento do núcleo de poder de muitas famílias ao garantir às mulheres a independência financeira em relação aos companheiros.

Anibal critica propostas de Aécio para o Bolsa Família



Moreira Mariz/Agência Senado

O senador Anibal Diniz (PT-AC) criticou, na terça-feira, as mudanças propostas pelo senador

Aécio Neves (PSDB-MG) em relação ao Programa Bolsa Família. As mudanças foram sugeridas em um debate promovido pela revista *Exame* e, segundo Anibal, são práticas que já estão sendo adotadas pelo governo federal.

— É muito importante que os candidatos a presidente da República que queiram inovar em suas propostas conheçam o que está em prática para não choverem no molhado — disse.

Aprovado texto que obriga hospital a ter dentista

Segundo proposta, que passou em comissão em caráter terminativo, profissionais deverão atender doentes internados e pacientes crônicos; falta de cuidado com higiene bucal pode provocar pneumonia

PACIENTES INTERNADOS EM hospitais ou em regime domiciliar e portadores de doenças crônicas deverão receber assistência odontológica. É o que prevê um projeto de lei que foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) em caráter terminativo.

De acordo com projeto (PLC 34/2013) do ex-deputado Neilton Mulim, os hospitais públicos e privados são obrigados a manter dentistas para cuidar desses pacientes. No entanto, pela proposta, apenas os hospitais de médio e grande porte estarão sujeitos à obrigatoriedade.

A proposta ainda determina que a aplicação de penalidade pelo descumprimento da lei será objeto de regulamentação.

Especialmente pacientes internados em unidades de terapia intensiva (UTIs), que ficam muito tempo impossibilitados de cuidar da própria higiene bucal, precisam de cuidados odontológicos, segundo o relator da matéria, Sérgio Souza (PMDB-PR). A falta de higiene adequada, observou



Presidida por Waldemir Moka, comissão aprovou assistência odontológica

ele, propicia o surgimento de infecções da cavidade oral e do trato respiratório, incluindo pneumonia.

— Pacientes internados em UTIs lá estão porque apresentam estado grave ou crítico e frequentemente estão sedados ou em estado de consciência alterado, o que os torna incapazes de cuidar da própria higiene corporal, inclusive a escovação dentária. A falta de cuidados de higiene bucal torna-os suscetíveis a infecções — ressaltou Souza.

Recuperação de desvios pode ir para saúde e educação

Os recursos recuperados em ações judiciais de lesão ao patrimônio público poderão ir para saúde e educação. Projeto que determina isso foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e segue para as Comissões de Educação e Cultura (CE) e de Constituição e Justiça (CCJ).

O PLS 303/2013, de Waldemir Moka (PMDB-MS), estabelece que valores recuperados em processo de enriquecimento ilícito na administração pública

sejam encaminhados em proporções iguais ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) e ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

Moka disse que o objetivo é compensar a sociedade com o fortalecimento dos serviços públicos mais básicos. Ele ressaltou que atualmente esses recursos, quando repatriados, não têm alocação definida e não se sabe onde são aplicados.

Apesar de votar pela apro-

vação, Humberto Costa (PT-PE), já tem a obrigação de prestar assistência odontológica à população. Para ele, tratar o assunto em lei pode engessar a ação do sistema de saúde, uma vez que uma portaria do Ministério da Saúde seria suficiente.

A votação da proposta foi acompanhada pelo presidente do Conselho Federal de Odontologia, Ailton Morilhas Rodrigues, e por representantes de associações de dentistas.

Proposta impede concentração de verbas da Lei Rouanet

Um projeto que evita a excessiva concentração da aplicação dos recursos por meio da Lei Rouanet (Lei 8.313/1991) nas regiões mais desenvolvidas do país foi aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

O PLS 249/2013, que vai agora para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), inclui a não concentração regional como um dos princípios que o Ministério da Cultura deverá seguir ao analisar os projetos a serem beneficiados com recursos do Fundo Nacional de Cultura (FNC).

O autor da proposta, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP),

disse que a preocupação com a regionalização está presente em vários pontos da Lei Rouanet, mas não vem ocorrendo na prática.

O Sudeste ficou com 75% dos recursos aprovados em 2012. O Sul ficou com 12,9%. Ou seja, as



Segundo Randolfe, autor do projeto, regionalização não ocorre na prática

duas regiões mais desenvolvidas do país se apropriaram de quase 88% dos recursos destinados ao fomento à cultura no âmbito da Lei Rouanet.

As regiões menos desenvolvidas ficaram com percentuais bem menores: o Nordeste teve 6,7%, o Centro-Oeste, 4,4%, e o Norte, 0,9%.

— Há uma clara concentração regional dos recursos, contrariando o próprio espírito da lei, que tem como uma de suas diretrizes o fomento à produção cultural local — argumenta Randolfe.

A relatora, Maria do Carmo Alves (DEM-SE), defendeu a aprovação do projeto.

Luiz Henrique aponta desafios da Comissão Senado do Futuro

Em pronunciamento ontem, Luiz Henrique (PMDB-SC) apontou os desafios que deverá enfrentar a Comissão Senado do Futuro. Instalada em setembro, a comissão, presidida pelo senador, deve promover discussões sobre grandes temas e sobre o futuro do país.

Entre os assuntos que considera prioritários, o senador enumerou as novas matrizes energéticas e um novo modelo de educação, baseado não apenas na meritocracia, mas também na busca de novos padrões.

Bauer: Santa Catarina ganha destaque em emprego e educação

Paulo Bauer (PSDB-SC) disse ontem que Santa Catarina tem os melhores índices de emprego e educação do Brasil. Ele citou a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad), do IBGE.

A taxa de desemprego em Santa Catarina, comemorou o senador, está em 3%, a menor percentagem do país, enquanto a média nacional é 6,1%. Já a taxa de analfabetismo do estado é de 3,2%, disse Bauer, contra 8,1% no âmbito nacional.

— Os catarinenses sabem vencer as dificuldades.

Randolfe: aumento do analfabetismo é tragédia nacional

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) afirmou na terça-feira que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2012, divulgada em 27 de setembro, é uma tragédia nacional. Para o senador, a pesquisa aponta fracasso nas políticas de alfabetização, já que 8,7% da população acima de 15 anos foi considerada analfabeta. Em 2011, o percentual ficou em 8,6%.

— Essa variação representa 300 mil a mais de analfabetos. Não poderíamos mais ter retrocesso em indicadores sociais — protestou.

Ele alertou ainda para a desigualdade regional: no Sul, a taxa de analfabetismo é de 4,4%, enquanto no Nordeste chega a 17,4%.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Waldemir Barreto/Agência Senado

Proposta que obriga o governo a liberar recursos para emendas de parlamentares deve ser votada terça-feira, liberando a análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias

Votação do orçamento impositivo aguarda acordo

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) busca acordo sobre a proposta de emenda à Constituição (PEC 22A/2000) que obriga o governo a liberar recursos para despesas inseridas no Orçamento da União por deputados e senadores e cria fonte permanente de financiamento para a saúde. Onze emendas já foram apresentadas, mas novas alterações poderão ser encaminhadas até amanhã. A expectativa é que o relator, Eduardo Braga (PMDB-AM), consiga consenso até terça-feira, quando a PEC será votada na CCJ.

O substitutivo de Braga, lido ontem, limita a vinculação de emendas individuais a 1% da receita corrente líquida da União e torna obrigatória a liberação equitativa, para afastar favorecimentos.

Atualmente, cada parlamentar tem direito a indicar até R\$ 15 milhões em emendas, mas o governo pode ou não executar os recursos.



Lobão Filho pediu à CCJ a aprovação da PEC relatada por Eduardo Braga

Pedro Taques (PDT-MT) apresentou voto em separado contra a PEC, apontando inconsistências técnicas e alegando que a proposta não elimina os mecanismos de cooptação do Legislativo. Braga respondeu que as distorções se referem ao texto da Câmara e acredita que, com o substitutivo, Taques possa rever a posição.

O presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), senador Lobão Filho (PMDB-MA), fez um apelo pela aprovação da PEC na CCJ.

Segundo ele, a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) — que deveria ter ocorrido até o final de julho — aguarda definição do Senado sobre o orçamento impositivo.

Autor do pedido de vista que adiou para terça-feira a votação da PEC, assinado também por Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), José Agripino (DEM-RN) se comprometeu a viabilizar a aprovação de um substitutivo que seja aceito pelos deputados e, assim, não emperre a votação da LDO.

Medida provisória que destina verba a cidades ainda tranca a pauta

O presidente do Senado, Renan Calheiros, anunciou que não houve acordo de líderes para votar a Medida Provisória 624/2013, que tranca a pauta do Plenário. A MP destina R\$ 1,5 bilhão para os municípios e outros R\$ 148 milhões para o pagamento de subvenção econômica aos produtores de cana-de-açúcar da Região Nordeste.

De acordo com o governo, o dinheiro para os municípios deverá ser empregado na melhoria da qualidade dos serviços públicos, como saneamento e transporte público, mas não há destinação específica no texto da MP.

A proposta perde a validade no dia 13 e deverá constar da pauta das próximas sessões deliberativas do Plenário.

Pacto federativo é tema da próxima sessão temática do Senado

A terceira sessão temática do Senado será dedicada à discussão do pacto federativo e deve ocorrer ainda este mês, anunciou ontem o presidente da instituição, Renan Calheiros. A sessão será realizada no dia 17 ou no dia 24, com a presença do ministro da Fazenda, Guido Mantega, e representantes de governadores e prefeitos.

Renan agradeceu a contribuição ao tema dada ontem pela presidente da União dos Municípios da Bahia, Maria Quitéria Mendes. Ela apresentou uma extensa pauta de prioridades, ressaltando que a redução dos repasses do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) tem gerado grandes dificuldades às cidades baianas que sofrem com a seca.

Pinheiro cobra debate sobre guerra fiscal e novas regras do ICMS

Walter Pinheiro (PT-BA) voltou a cobrar, na terça-feira, uma solução para o pacto federativo. Para ele, é preciso “colocar o dedo nessa ferida” e debater assuntos como a renegociação das dívidas dos estados e as novas regras para o ICMS.

Segundo Pinheiro, é necessário aprofundar a discussão sobre a guerra fiscal, recurso que tem sido usado pelos estados para atrair investimentos.

— Esse é um debate que parece que morreu. Adiar para 2014 é deixar para 2015 — disse Pinheiro, cobrando mais participação dos governadores na discussão.

Ele destacou a descentralização de investimentos na Bahia, que tem atraído empreendimentos para várias regiões, evitando a concentração de renda e riqueza na capital.

Texto prevê aumento progressivo de recursos para saúde em 5 anos

Além de manter a determinação de que metade das emendas parlamentares individuais ao Orçamento sejam destinadas à saúde, Braga estabeleceu a vinculação de 15% da receita corrente líquida da União até 2018 para financiar o setor. O índice seria atingido de forma progressiva em cinco anos.

— O ganho na saúde será de mais de R\$ 50 bilhões entre 2013 e 2018 — disse o relator.

A ideia é superar a defasagem da União frente a estados e municípios quanto ao financiamento da saúde. Em 2000, a União respondia por 58,6% dos gastos do setor, enquanto hoje essa participação não chega a 46%. Braga deixou claro ainda que a PEC não vai onerar investimentos de estados e municípios, que continuarão aplicando na saúde, respectivamente, 12% e 15% da arrecadação.

— A progressão não implica perdas. Pelas regras atuais, a União aplicaria, em 2014,

algo como R\$ 90,1 bilhões em saúde. Pela regra proposta, o valor subiria para R\$ 96 bilhões. E, assim, sucessivamente, culminando, em 2018, com despesas, em ações e serviços públicos de saúde, da ordem de R\$ 147,8 bilhões, contra R\$ 125 bilhões, caso mantivéssemos a presente sistemática de cálculo dos recursos mínimos — explicou.

A PEC foi aprovada no Plenário da Câmara no dia 27 de agosto, quando recebeu 376 votos a favor e 59 contrários. Os deputados optaram por não reservar nenhum percentual para a área da saúde.

Para alterar a Constituição, a PEC precisa ser aprovada em duas votações em cada uma das Casas do Congresso, com votos de pelo menos três quintos dos integrantes, ou seja, 308 deputados e 49 senadores. Se aprovadas as alterações no Plenário do Senado, a PEC terá de ser votada novamente pelo Plenário da Câmara.

Acir Gurgacz comemora os 99 anos de fundação da capital Porto Velho



Waldemir Borreiro/Agência Senado

Em discurso ontem, Acir Gurgacz (PDT-RO) parabenizou a capital de Rondônia, Porto Velho, pelos 99 anos

de fundação. Para o senador, empreendimentos como as usinas hidrelétricas do Rio Madeira e investimentos em infraestrutura poderão consolidar um modelo de desenvolvimento sustentável para a cidade. Ele acrescentou que está trabalhando pela implementação de projetos estruturantes para a região. Gurgacz lamentou, porém, o atraso na entrega de obras por falta de planejamento.

— O planejamento é o melhor presente para a nossa capital — declarou.

Sérgio Souza destaca investimentos federais no Paraná



Waldemir Borreiro/Agência Senado

Em pronunciamento na terça-feira, Sérgio Souza (PMDB-PR) destacou os investimentos feitos pelo go-

verno federal nos municípios do seu estado, o Paraná. Ele ressaltou o fato de que essa injeção de recursos nas áreas de saúde e educação alivia um pouco a carga dos municípios.

— Os municípios têm que gastar 15% da sua receita corrente líquida com saúde. Conheço casos que ultrapassam os 30% — disse.

Souza, embora declarando-se defensor da autonomia financeira dos municípios, reconheceu que, por enquanto, os investimentos federais em seu estado são importantes.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral: Helder Rebouças
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

AGÊNCIA SENADO

Coordenador: Marco Antonio Reis (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Sheyla Assunção
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Coordenador: Flávio Faria (61) 3303-3333

Editor-chefe: Sílvio Burle

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

Diagramação: Ronaldo Alves e Sandro Alex

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Ministro defende redução de ICMS para banda larga

Paulo Bernardo disse que desoneração dos serviços incentivar a ampliação de internet, telefonia celular e TV por assinatura no país e anunciou que novo satélite brasileiro aumentará capacidade das telecomunicações

“A BANDA LARGA deve ser considerada infraestrutura básica. É a estrada do século 21”, afirmou ontem o ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, pedindo aos senadores ajuda para reduzir o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que incide sobre os serviços de conexão rápida à internet como forma de aumentar a abrangência no país.

— Se a banda larga fixa tiver-se a alíquota de ICMS reduzida a 10%, com certeza as perdas não chegariam a 1,5% de ICMS e a expansão do serviço rapidamente reporia essa receita. Se você expandir banda larga, e vai ser por fibra óptica, vai expandir a telefonia e a TV por assinatura, que usam a mesma infraestrutura — explicou.

O ministro participou de um painel sobre telecomunicações organizado pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI).

Senadores manifestaram preocupação com a pouca cobertura e a baixa qualidade de conexão.

— A banda larga é vital para a economia, é fundamental para o desenvolvimento, mas o grande clamor hoje é a cobertura — disse Walter Pinheiro (PT-BA), explicando que não se consegue levar indústrias e grandes empresas para o interior do país sem a disponibilização de internet banda larga.

O senador reconheceu o aumento do número de domicílios com acesso à internet, mas destacou que a cobertura ainda é pequena, em especial no Nordeste, onde chega a uma em cada quatro residências.

De acordo com Pinheiro, a demanda por internet móvel é crescente, em razão dos vários serviços disponíveis para smartphones e tablets, como pagamento de contas.

Sobre esse aspecto, o ministro

informou que, desde março, quando entrou em vigor a desoneração para smartphones e tablets, a venda dos equipamentos foi maior que a de celulares convencionais.

Para 2014, ele anunciou a ampliação de internet rápida e da telefonia para as áreas rurais.

Na avaliação de Sérgio Souza (PMDB-PR), não há justificativa para limitações de cobertura e para a baixa qualidade dos serviços, uma vez que o faturamento das operadoras cresceu 250% nos últimos dez anos.

— O Brasil é um grande negócio para qualquer grupo que opera telecomunicações.

Como parte das medidas para melhorar os serviços, Paulo Bernardo salientou que está sendo finalizado um contrato para a construção de um satélite brasileiro que vai ser lançado em 2016 e terá 70% da capacidade direcionada para banda larga.



Presidida por Pimentel, subcomissão é vinculada à CI, dirigida por Collor

Pimentel é eleito presidente da Subcomissão de Obras para a Seca

José Pimentel (PT-CE) foi eleito ontem presidente da Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca. Na ocasião, Eduardo Amorim (PSC-SE) foi escolhido como vice-presidente do colegiado.

Vinculada à Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), o objetivo da subcomissão é acompanhar de perto as medidas a serem implantadas para amenizar os impactos causados pela estiagem, com uma mudança de visão:

se antes sempre eram ações paliativas, agora se pretende agir por antecipação.

Um dos focos, explicou Pimentel, é o conjunto de obras de infraestrutura que estão inconclusas ou são subutilizadas e não levam à produtividade esperada. Outro ponto a ser acompanhado de perto pela subcomissão é a interligação das águas do Rio São Francisco, cujas obras, como observou o senador, não estão indo no ritmo de que a região necessita.

Collor quer políticas para amenizar danos da estiagem no Nordeste

Fernando Collor (PTB-AL) afirmou ontem que a Subcomissão Permanente sobre Obras de Preparação para a Seca poderá auxiliar na elaboração de políticas que amenizem o sofrimento e melhorem o bem-estar da população nos locais atingidos pela estiagem no Nordeste.

— A preocupação é oferecer

mais qualidade de vida e apoio ao sertanejo nessa estação tipicamente natural do Nordeste — afirmou o parlamentar.

Integrante da comissão, Collor prometeu trabalhar com afinco para ajudar os estados nordestinos na preparação para os efeitos da estiagem.

Seminário debaterá efeitos de mudanças do clima no semiárido

A Comissão de Desenvolvimento Regional (CDR) aprovou ontem requerimento, de autoria de Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), para realização de audiência pública sobre os efeitos das mudanças do clima para o semiárido.

O evento será realizado em forma de seminário, com as Comissões de Meio Ambiente do Senado (CMA), de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Câmara dos Deputados e com a Comissão Mista de Mudanças Climáticas (CMMC).

Flexa pede que Dnit cumpra prazo de obras em hidrovia

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apelou ao Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) que seja cumprido o prazo de lançamento do edital de licitação das obras do derrocamento do Pedral do Lourenço, na Hidrovia do Tocantins.

Segundo Flexa, o edital deve ser lançado até a primeira quinzena de novembro.



Wallemir Brito/Agência Senado

O senador disse que, sem derrocamento, o investimento de R\$ 1,6 bilhão nas eclusas de Tucuruí não terá efeito, porque não haverá navegabilidade no trecho do Rio Tocantins nos 12 meses do ano.

Flexa ressaltou também a importância de conclusão da Ferrovia Norte-Sul, no Pará, com melhorias na infraestrutura de transportes no estado.



O ministro Paulo Bernardo (D) ouve pergunta feita pelo senador Walter Pinheiro na Comissão de Infraestrutura

Rádios AM serão extintas, afirma Paulo Bernardo

O ministro das Comunicações, Paulo Bernardo, afirmou ontem que as rádios AM no Brasil serão extintas com o decorrer do tempo, porque não serão feitas novas concessões e outorgas para as frequências.

Em audiência pública organizada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI), Paulo Bernardo afirmou que a frequência baixa das rádios AM está prejudicada.

De acordo com ele, os próprios obstáculos urbanos reduzem a qualidade do sinal das rádios AM, o que leva à perda de ouvintes.

O governo, explicou o ministro, baixará um decreto, em data a ser marcada, para permitir a migração das rádios AM ao serviço de FM.

— O ministério e a Anatel [Agência Nacional de Telecomunicações] vão administrar [a migração] para acomodar

todo mundo — afirmou Paulo Bernardo.

Internet

O ministro também disse que a aprovação do Marco Civil da Internet é necessária para proteger a navegação e a comunicação entre os cidadãos e para definir regras comuns entre vários países, de modo a impedir a espionagem internacional.

Ele considerou insatisfatória a resposta do governo americano sobre as denúncias de espionagem no Brasil e afirmou se tratar de uma “intromissão absurda, uma grave violação dos direitos humanos e das liberdades civis” a vigilância praticada pelos EUA em outros países.

— Ter acesso às comunicações pessoais em qualquer democracia é crime — disse.

Para ele, os EUA, ancorados em lei própria que permite

monitoração de estrangeiros, supostamente protegem a própria democracia e ferem a dos outros. Por isso, fazer uma lei que proteja os cidadãos brasileiros é relevante, na avaliação dele. Entretanto, considerou que a proteção deve ir além:

— A presidente Dilma defendeu na ONU que haja uma espécie de marco civil internacional, uma governança internacional. Se nós temos normas internacionais, tratados e organizações internacionais para a navegação marítima ou aérea, por que para navegar na internet não temos? Por que uma lei da Califórnia deve dizer o que deve ser feito na internet? — questionou.

O ministro criticou o fato de a internet ser concentrada nos EUA. Dos 13 servidores raízes que compõem a rede, 10 estão lá.

Leia mais sobre espionagem na **pág. 8**



General José Carlos dos Santos fala à CPI da Espionagem sobre a necessidade de verbas para segurança da informação

General pede mais recursos para segurança cibernética

Em audiência na CPI da Espionagem, chefe militar também defendeu rápida aprovação do Marco Civil da Internet no Brasil e disse que a segurança da informação deve ser ensinada nas escolas brasileiras

O CHEFE DO Centro de Defesa Cibernética do Exército, general José Carlos dos Santos, disse que o Brasil precisa dobrar o orçamento previsto para acelerar programas que permitam o incremento da segurança da informação no país. Segundo o militar, que participou ontem de audiência da CPI da Espionagem, estão reservados atualmente, no Ministério da Defesa, R\$ 400 milhões para a segurança cibernética nacional para um período de quatro anos, quando seriam necessários pelo menos R\$ 800 milhões.

O general defendeu a rápida aprovação de um marco civil regulatório para a internet, o que, na opinião dele, daria segurança jurídica e permitiria ao Brasil, por exemplo, marcar posição em foros internacionais. O marco civil está no Projeto de Lei 2.126/2011, em tramitação na Câmara dos Deputados.

José Carlos dos Santos apontou, entre os desafios a serem enfrentados pelo Brasil, a carência de profissionais na área da segurança da informação. O general disse que é um problema que precisa ser encarado “com muita seriedade, uma vez que os recursos humanos estão no centro de qualquer estratégia”.

— A preocupação com segurança de dados pessoais em outros países já é embutida no cidadão desde a primeira infância, o que não acontece no Brasil. Já no ensino fundamental, as crianças americanas aprendem cuidados necessários a serem tomados com o uso de redes, de computadores e dispositivos como celular e tablets — afirmou, ao defender a participação do Ministério da Educação no processo de formação de mais profissionais.

Em entrevista à imprensa após a audiência, o relator da

CPI, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), disse que está evidente a necessidade de aumentar os investimentos para que o Brasil se defenda da espionagem cibernética.

— Estamos engatinhando nessa área. Quero crer que nosso país, que deseja ser protagonista na cena internacional, precisa incorporar o tema na agenda objetiva de trabalho — opinou.

Jornalista

Na próxima semana, a CPI da Espionagem deve ouvir o jornalista Glenn Greenwald, responsável por divulgar dados secretos coletados pelo técnico Edward Snowden, ex-funcionário terceirizado da agência de segurança nacional dos Estados Unidos (NSA na sigla em inglês). Greenwald revelou à imprensa que a presidente Dilma Rousseff e a Petrobras foram alvo da espionagem.

Senado aprova indicação de três diplomatas

O Plenário do Senado aprovou ontem a indicação do diplomata Afonso José Sena Cardoso para o cargo de embaixador do Brasil na Irlanda. A indicação recebeu 51 votos favoráveis, 3 contrários e 1 abstenção.

Também foi aprovada a indicação da diplomata Maria da Graça Nunes Carrion. Ela vai ocupar o cargo de delegada permanente junto à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi) e ao Mercosul. A indicação teve 51 votos favoráveis, 3 contrários e 1 abstenção.

O diplomata José Roberto de Almeida Pinto irá ocupar o cargo de representante permanente do Brasil junto à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A indicação foi aprovada por 50 votos a favor, 4 contrários e nenhuma abstenção.

Avança PEC que acelera acordos internacionais

O Plenário realizou ontem a terceira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 35/2011, que acelera o exame dos tratados internacionais pelo Congresso.

A proposta original, de autoria de Luiz Henrique (PMDB-SC), estabelecia que a análise de acordos internacionais fosse feita exclusivamente pelo Senado como forma de agilizar a tramitação dessas matérias.

Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), foi aprovado substitutivo de Jorge Viana (PT-AC) mantendo o modelo atual de tramitação, mas abrindo a possibilidade de aprovação de regime de urgência para tratados, acordos ou atos internacionais, caso isso seja requerido pelo presidente da República ou por deliberação da Casa em que se encontrar.

Suplicy elogia discurso de Mujica, presidente uruguaio

Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou ontem em Plenário o discurso do presidente do Uruguai, José Mujica, na 68ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) na semana passada.

O parlamentar destacou a crítica feita por Mujica à sociedade capitalista, à desigualdade e às guerras como solução dos problemas políticos.

Para Suplicy, Mujica é um chefe de Estado exemplar, pois abdicou de boa parte da remuneração, vive na própria casa e assumiu erros do passado. O discurso do presidente foi considerado pelo senador “um modelo de reflexão notável”.

— Ele fez um pronunciamento que é um exemplo de vontade, de realização, de justiça, para se buscar a paz — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Senado cria comissão para elaborar projetos sobre segurança

O presidente do Senado, Renan Calheiros, instalou ontem a comissão especial que debaterá propostas para a segurança pública. O grupo vai analisar temas como o financiamento do setor e a unificação das polícias.

Na solenidade de instalação, Renan afirmou que o Brasil precisa de um modelo de segurança pública “com organicidade” e “com novas fontes claras de financiamento”.

O presidente do Senado observou que a segurança pública é atribuição dos estados e municípios, que estão, no entanto, “estrangulados pelo centralismo fiscal”. Ele disse que, como parlamentar e antes como ministro da Justiça, sempre defendeu a proibição do contingenciamento de verbas e a vinculação orçamentária, ainda que temporária, para o setor de segurança.

A comissão terá 90 dias para propor um modelo de segurança pública para o país, partindo dos projetos já em tramitação no Senado. Também realizará audiências.

O relator, Pedro Taques

(PDT-MT), disse que espera haver vontade política para aprovar as propostas formuladas pela comissão. Para ele, “a segurança precisa de mais recursos e menos discursos”.

Taques antecipou que a comissão tratará de outro tema espinhoso: a unificação das polícias civil e militar.

Em 2011, Taques foi relator da comissão temporária externa que acompanhou as ações da Política Nacional de Segurança Pública. No relatório, apontou o baixíssimo índice de execução orçamentária dos programas.

Na instalação da comissão, o presidente, Vital do Rêgo (PMDB-PB), disse que o Senado, ao propor soluções para a segurança, continua a responder à “tutela das ruas”.

Também estão na comissão Lindbergh Farias (PT-RJ), Eduardo Braga (PMDB-AM), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Armando Monteiro (PTB-PE), Eunício Oliveira (PMDB-CE),

Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Sérgio Souza (PMDB-PR), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA).



Jonas Pereira/Agência Senado

Para o senador Taques, “a segurança precisa de mais recursos e menos discursos”.

Mozarildo faz novas denúncias contra o governo de Roraima

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) voltou a criticar o governo de Roraima por corrupção, segundo ele, no processo de titulação de terras públicas. Ele leu matéria da *Folha de Boa Vista* reportando conversa do governador com o superintendente da Polícia Federal para mostrar inexistência de irregularidades. O jornal cita que o governo quer que o Exército faça o georreferenciamento das terras.

— Não acredito nem que a Polícia Federal ou o Exército vão, de alguma forma, colaborar para que essa rouba-lheira, esse assalto às nossas terras, esse tipo de corrupção seja consumado, ainda por cima com uma tintura de seriedade — afirmou.



Waldemir Barreto/Agência Senado

Cristovam condena violência contra professores no Rio

Cristovam Buarque (PDT-RJ) classificou como injustificável a violência de policiais contra professores em greve no Rio de Janeiro. Ele disse que o impasse deve ser resolvido com paciência e diálogo.

O senador criticou a carta dos 27 governadores ao Ministério da Educação defendendo a redução do reajuste dos professores da rede pública. O piso da educação básica é de R\$ 1.567.

Ele lamentou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios que mostraram crescimento do analfabetismo, o que não ocorria há 15 anos. A taxa passou de 8,6%, em 2011, para 8,7% em 2012. São mais de 13 milhões de analfabetos no Brasil, diz.



Gerardo Magalhães/Agência Senado